

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Relatório de Gestão do Exercício de 2010

COMPOSIÇÃO

Ministro CEZAR PELUSO – Presidente
Ministro AYRES BRITTO – Vice-Presidente
Ministro CELSO DE MELLO
Ministro MARCO AURÉLIO
Ministra ELLEN GRACIE
Ministro GILMAR MENDES
Ministro JOAQUIM BARBOSA
Ministro RICARDO LEWANDOWSKI
Ministra CARMEN LÚCIA
Ministro DIAS TOFFOLI

Primeira Turma

Ministro Ricardo Lewandowski - Presidente
Ministro Marco Aurélio
Ministra Cármen Lúcia
Ministro Dias Toffoli

Segunda Turma

Ministro Gilmar Mendes - Presidente
Ministro Celso de Mello
Ministra Ellen Gracie
Ministro Ayres Britto
Ministro Joaquim Barbosa

Brasília-DF, março de 2011.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Relatório de Gestão do Exercício de 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, das DN TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, e nº 110, de 1º de dezembro de 2010, e da Portaria TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010.

Responsável pela elaboração do Relatório de Gestão: Gabinete do Diretor-Geral
Brasília-DF, março de 2011.

SUMÁRIO

Introdução.....	5
Parte A – Informações Gerais sobre a Gestão	
1. Dados Gerais sobre o Supremo Tribunal Federal.....	5
1.1 Relatório de Gestão Individual.....	5
2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira.....	6
2.1 Responsabilidades Institucionais do STF.....	6
2.2 Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	9
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade do STF.....	10
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	14
3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	27
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	28
4.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	28
5. Recursos Humanos.....	29
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	29
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	31
5.3 Composição do Quadro de Estagiários.....	31
5.4 Quadro de Custos de Recursos Humanos.....	32
5.5 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....	34
5.6 Declaração de Bens e Rendas.....	39
5.7 Contratos de Prestação de serviços com locação de mão de obra.....	40
5.8 Declaração referente a contratos.....	45
6. Transferências.....	46
7. Controle Interno.....	46
8. Sustentabilidade Ambiental.....	48
8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	48
9. Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	49
9.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	49
10. Gestão de Tecnologia da Informação.....	51
11. Cartões do Governo Federal.....	52
12. Renúncias Tributárias.....	52
13. Deliberações do TCU atendidas no exercício.....	52
Parte B – Informações Contábeis da Gestão	
14. Declaração do Contador.....	55

LISTAS DE TABELAS

Identificação da UJ	5
Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	10
Execução Física das ações realizadas pela UJ	11
Identificação da Unidade Orçamentária	14
Programação de Despesas Correntes	14
Programação de Despesas Capital	14
Quadro Resumo da Programação de Despesas	15
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	18
Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	19
Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	20
Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	21
Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	22
Despesas Correntes por Grupo e Elem. de Despesa dos créditos recebidos por movimentação ...	23
Despesas de Capital por Grupo e Elem. de Despesa dos créditos recebidos por movimentação...	23
Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	28
Composição do Quadro de RH por lotação autorizada e efetiva	29
Composição do Quadro de RH por faixa etária	30
Composição do Quadro de RH por nível de escolaridade	30
Composição do Quadro de Servidores Inativos	31
Composição do Quadro de Instituidores de Pensão	31
Composição do Quadro de Estagiários	31
Quadro de custos de RH nos exercícios de 2008, 2009 e 2010	32
Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	40
Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	41
Distribuição do pessoal mediante contrato de prest. de serviço com locação de mão de obra	42
Estrutura de controles internos da UJ	46
Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	48
Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	49
Discriminação dos Bens Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ	50
Gestão de TI da UJ	51
Deliberações expedidas pelo TCU	52
Declaração Plena do Contador	55

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão apresenta os atos e fatos praticados pelos gestores do Supremo Tribunal Federal no exercício de 2010, considerando os requisitos constantes da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010; das Decisões Normativas TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, e nº 110, de 1º de dezembro de 2010; e da Portaria TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010.

PARTE A – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO

1. DADOS GERAIS SOBRE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

1.1. RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Judiciário			
Órgão de Vinculação:			Código SIORG: 10000
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Supremo Tribunal Federal			
Denominação abreviada: STF			
Código SIORG: 10000	Código LOA: 10000	Código SIAFI: 040001	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Justiça			Código CNAE: 8423-0
Telefones/Fax de contato:	(61) 3217-3000	(61) 3217-4400	
Endereço eletrônico: cidadao@stf.jus.br			
Página da Internet: http://www.stf.jus.br			
Endereço Postal: Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, CEP 70175-900			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Artigos 92 e 101 a 103 da Constituição Federal.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno – Data de Publicação no Diário Oficial da União: 27/10/1980			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Regulamento da Secretaria, de 30/10/2003 e alterações.			

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DO STF

2.1.1 Competência Institucional

De acordo com o art. 102 da Constituição Federal, compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

“I - processar e julgar, originariamente:

a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;

b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;

c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;

d) o "habeas-corpus", sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o "habeas-data" contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;

e) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;

f) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;

g) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;

*i) o **habeas corpus**, quando o coator for Tribunal Superior ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância;*

j) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

m) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;

n) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;

o) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal;

p) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;

q) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal;

r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público;

II - julgar, em recurso ordinário:

a) o "habeas-corpus", o mandado de segurança, o "habeas-data" e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;

b) o crime político;

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

a) contrariar dispositivo desta Constituição;

b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.

d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal."

2.1.2 Objetivos Estratégicos

Durante o ano de 2010, diversas foram as ações do Supremo Tribunal Federal para o cumprimento de sua missão institucional e o atingimento dos objetivos estratégicos.

Os números referentes à prestação jurisdicional revelam um desempenho extremamente animador em termos de resposta aos apelos da sociedade por mais efetividade da Justiça.

A atuação originária da Presidência nos recursos manifestamente inadmissíveis evitou a distribuição de 32.204 processos (44% do total de processos recebidos) e permitiu redução de 68,2% na distribuição de agravos de instrumento e de recursos extraordinários, em relação a 2007, e de 11,75%, em relação a 2009. Apenas 8,3% dessas decisões foram objeto de agravo regimental, o que revela queda da taxa de recorribilidade das decisões da Presidência, em relação ao ano de 2009 (10,3%).

Os bons resultados alcançados decorrem, em grande parte, da aplicação da sistemática da Repercussão Geral, que possibilitou, em pouco mais de três anos, a mudança do perfil dos julgamentos do Tribunal. Desde 2007, houve redução de 38% no número de recursos extraordinários e agravos de instrumento que chegam à Corte.

Em 2010, oito classes processuais foram acrescidas ao rol do peticionamento exclusivamente eletrônico: Ação Cautelar (AC), Ação Rescisória (AR), Habeas Corpus (HC), Mandado de Segurança (MS), Mandado de Injunção (MI), Suspensão de Liminar (SL), Suspensão de Segurança (SS) e Suspensão de Tutela Antecipada (STA). Essa modalidade eletrônica de peticionamento tornou-se programa institucional do Supremo, com ações e estratégias coordenadas para a consolidação do processo judicial eletrônico, a partir de agenda de trabalho que inclui desenvolvimento de tecnologia,

edição de atos normativos e parcerias institucionais. Seu objetivo é aproximar, integrar e inserir todos os agentes envolvidos (partes, advogados, tribunais, PGR, AGU, defensorias e procuradorias, entre outros) para uma gestão judiciária automática, simples, acessível, inteligente e, sobretudo, mais célere e mais econômica.

A edição da Lei nº 12.322, de 9 de setembro de 2010, que estabelece nova sistemática processual para o instituto do agravo de instrumento (agora chamado apenas de agravo) também representou significativo avanço para o processamento judiciário e tem como conseqüências a economia processual, a maior efetividade da prestação jurisdicional e a preservação ambiental. A referida lei é fruto de intenso trabalho do STF, da Presidência da República e do Congresso Nacional por meio do Pacto Republicano.

Os números a seguir refletem o trabalho desenvolvido pelo Supremo Tribunal Federal nos últimos anos para entregar ao cidadão uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

Processos em tramitação por classes processuais

	2007	2008	2009	2010
RE	59.004	45.187	36.261	26.917
AI	59.775	53.982	50.275	45.237
HC	2.218	2.886	3.277	3.630
Demais	5.991	6.914	8.288	12.917
Total	126.988	108.969	98.101	88.701

Decisões – Totais

		2007	2008	2009	2010
Monocráticas	Relator	128.564	84.347	64.472	56.641
	Presidência	4.152	6.599	14.373	35.757
	Vice- Presidência	0	0	8	74
Colegiadas	Primeira Turma	6.494	4.583	6.849	3.390
	Segunda Turma	8.545	9.271	5.823	5.398
	Plenário Virtual	19	115	86	115
	Tribunal Pleno	8.034	5.627	3.310	2.431

Decisões – Presidência

		2007	2008	2009	2010
Presidência	Classe Originária	223	1.190	1.461	865
	Classe Recursal	3.929	5.409	12.912	34.892
Soma:		4.152	6.599	14.373	35.757

Decisões – Tribunal Pleno

			2007	2008	2009	2010
Tribunal Pleno	Classe Originária	Controle Concentrado	151	82	64	89
		Controle Difuso	563	588	482	602
	Classe Recursal		7.320	4.957	2.764	1.740
Soma:			8.034	5.627	3.310	2.431

A revitalização, modernização e melhoria das instalações físicas do complexo arquitetônico da Corte também merecem destaque no ano de 2010. As obras realizadas propiciaram mais segurança aos espaços e dados, conforto climático, economia de recursos e acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.

A gestão de pessoas contemplou ações voltadas para o aprimoramento profissional e o fortalecimento da consciência de prevenção e cuidado da saúde, bem como para o estímulo à adoção de hábitos que contribuam efetivamente para a qualidade de vida do indivíduo e da sua relação com diferentes grupos.

Em 2010, 106 servidores participaram de curso de desenvolvimento gerencial e outros 889 servidores foram beneficiados com ações de treinamento distribuídas em 209 eventos nas diversas áreas de interesse do Tribunal.

O “Viva Bem” – Programa de Qualidade de Vida do STF – colocou em prática diversas ações direcionadas à área de educação financeira e de ginástica laboral, como forma de incentivo à prática de hábitos de vida saudáveis.

Os princípios e os valores institucionais adotados pelo STF foram reforçados no ano de 2010 com as políticas de inclusão social. Além da adequação do espaço social nas dependências do STF para pessoas portadoras de necessidades especiais, o programa de ressocialização de sentenciados beneficiou 32 pessoas que têm encontrado no trabalho a dignidade e a oportunidade de reinserção social. Além disso, foi firmado Termo de Cooperação com o Governo do Distrito Federal destinando 37 vagas de estágio a alunos do ensino médio da rede pública.

Essas ações refletem, em síntese, o desempenho do Supremo Tribunal Federal como garantidor da integridade dos direitos fundamentais e guardião da Constituição Federal e da dignidade da pessoa humana.

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

A Administração do Supremo Tribunal Federal estabeleceu oito diretrizes para a gestão, que constituem a agenda de prioridades e de atuação da Presidência do STF frente às responsabilidades institucionais. São elas:

1 – virtualizar integralmente os processos de trabalho do Tribunal, com foco na consolidação do processo eletrônico;

2 – julgar, até 31.12.2011, os feitos originários autuados até 31.12.2006 e os recursos autuados até 31.12.2007;

3 – relevar o papel de Corte Constitucional, mediante fortalecimento do instituto da Repercussão Geral e preferência no julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade;

4 – fortalecer os mecanismos de participação da sociedade na discussão dos temas a serem julgados pela Corte;

5 – aprimorar e acelerar os procedimentos de tramitação e julgamento de feitos criminais;

6 – promover a criação de centro internacional de estudos sobre justiça criminal, segurança pública e desenvolvimento social;

7 – participar da elaboração de convenção internacional sobre regras de tratamento de presos, no âmbito do UNODC;

8 – ampliar a participação institucional do STF no processo legislativo, como representante do Poder Judiciário.

Internamente, objetivando cumprir essas diretrizes, em 2010 foram realizadas reflexões sobre a atuação do Tribunal e, especialmente, sobre o rumo estratégico que deveria pautar a agenda da Administração. Essa análise permitiu a identificação dos macroprocessos de trabalho, que traduzem visão sistêmica da Corte e compõem o Planejamento Institucional, ou seja, o portfólio de todas as ações e projetos relevantes em andamento, já devidamente registrados. Essa visão tem proporcionado maior capacidade de articulação interna e permitido contextualizar a atuação do Tribunal em relação a todo o Poder Judiciário, além de evidenciar como vem sendo cumprido seu papel perante a sociedade.

A partir dessa reflexão, foi introduzida nova abordagem e metodologia de planejamento, permanente e colaborativo, com vistas ao aperfeiçoamento continuado e à possibilidade de inovações em todos os níveis, de tal forma que as diretrizes da Presidência para o biênio da gestão sejam buscadas, sem prejuízo do desenvolvimento de atividades institucionais permanentes.

O novo perfil do planejamento da Corte tem como norte a valorização das idéias em prol da execução das diretrizes e das atividades permanentes, a criação de espaços de comunicação das propostas de projetos que se estruturam a partir dessas idéias, e, finalmente, a disseminação de ferramentas gerenciais que tornem essa atuação possível em cada unidade do Tribunal.

Nessa linha, foi criada a cartilha dos Subsistemas Planejamento e Gestão de Projetos – do Sistema de Gestão do STF –, disponível na intranet do Tribunal, que orienta os servidores para inseri-los, efetivamente, no processo de planejar e atuar. Não obstante, foi realizada reunião geral com os titulares de todas as unidades do STF para apresentação da nova metodologia de planejamento, e iniciadas reuniões individualizadas.

2.3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DO STF

2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade do STF

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0565		Denominação: PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL			
Tipo de Programa: Finalístico					
Objetivo Geral: Desenvolver o processo jurisdicional atribuído pela Constituição Federal ao Supremo Tribunal Federal de forma a atender demanda da sociedade.					
Objetivos Específicos: Processar e julgar as ações diretas de inconstitucionalidade, as ações declaratórias de constitucionalidade, os <i>habeas corpus</i> e os mandados de injunção e exercer as demais competências estabelecidas na Constituição Federal.					
Gerente: Alcides Diniz da Silva			Responsável:		
Público Alvo: Sociedade					
Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
419.305.883	408.305.883	366.505.872	316.843.736	49.662.137	316.815.928

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Percentual de Processo Julgado	26/04/2007	75,00%	100,00%	100,00%	127,53%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação entre o percentual de processos julgados e o total de processos protocolizados no ano.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Foram protocolizados 71.670 processos e julgados 91.404 em 2010. O excesso de 19.734 deve-se ao esforço e à dedicação dos Magistrados e servidores em reduzir o estoque de processos protocolizados no STF e ao fato de alguns processos, sofrerem, por suas naturezas jurídicas, mais de um julgamento. Dessa forma, o índice do Programa Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal, previsto para o exercício de 2010, foi superado em 27,53%.						

Fonte: SIGPLAN; SIAFI

Análise Crítica

O contingenciamento ocorrido na ação Comunicação e Divulgação Institucional não prejudicou a execução do Programa, uma vez que foram adiadas algumas metas dessa ação. Não houve nenhum fator preponderante que prejudicasse a execução do referido Programa. Positivamente, destaca-se o empenho do Supremo Tribunal Federal para alcançar os melhores resultados aos menores custos possíveis.

2.3.2. Execução Física das ações realizadas pelo STF

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
02	061	0565	6359	A	4	unidade	104.000	91.404	102.000
02	301	0565	2004	A	4	unidade	6.178	4.214	6.178
02	365	0565	2010	A	4	unidade	276	286	300
02	331	0565	2011	A	4	unidade	1.154	1.164	243
02	306	0565	2012	A	4	unidade	300	306	1.169
02	131	0565	2549	A	4	unidade	29.904	144.673	29.503
02	061	0565	4091	A	4	unidade	1.208	3.034	1.208
02	126	0565	1C15	P	4	% exec. física	15,00%	9,00%	13,00%
02	122	0565	11CD	P	4	% exec. física	32,00%	25,00%	42,00%
02	122	0565	09HB	OP	4	-	-	-	-
09	272	0089	0396	OP	4	-	-	-	-

Fonte: SIGPLAN; LOA 2011

Análise Crítica

I – Cumprimento das metas físicas:

Em síntese, pode-se afirmar que a execução orçamentária desta UJ transcorreu normalmente, dentro do previsto, não tendo ocorrido outros eventos negativos significativos (internos ou externos) que prejudicassem as metas estabelecidas para o exercício, contribuindo para a concretização dos objetivos estratégicos da Corte.

A ação “Apreciação e Julgamento de Causas no STF, ligada à atividade finalística do Órgão, teve como meta prevista na LOA 2010 o julgamento de 104.000 processos. Durante o exercício, foram julgados 91.404 processos, ou seja, executou 87,9% de sua meta. Entretanto, a Corte proferiu 103.806 decisões monocráticas e colegiadas em um ano marcado por julgamentos de grande impacto para a sociedade, especialmente ligados às eleições e à política brasileira, tais como o RE nº 630.147 que tratou da Lei da Ficha Limpa, a ADI nº 4.467 sobre a exigência de apresentação do título de eleitor e o MS nº 29.988 sobre a suplência em caso de vaga parlamentar.

A “Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes”, ação cuja finalidade é proporcionar condições para manutenção da saúde física e mental, teve por meta em 2010 o atendimento de 6.178 beneficiários, tendo sido atendidos, em média, 4.214 beneficiários ao mês.

A “Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados” é uma ação que tem por objetivo oferecer aos servidores e empregados, que tenham filhos na faixa etária de 0 a 6 anos, a concessão do benefício de assistência pré-escolar. Em 2010 foram atendidas 286 crianças, ultrapassando em 3,6% a meta prevista para o exercício, que era de 276.

O “Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados” é a ação que objetiva assegurar o pagamento, em pecúnia, do custeio parcial das despesas realizadas nos deslocamentos para o local de trabalho e vice-versa. A previsão para 2010 foi o atendimento mensal de 300 servidores, sendo que foram atendidos em média 306 por mês, ou seja, 2% além da previsão inicial, devido a posse de novos servidores.

A ação “Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados” tem por finalidade conceder auxílio-alimentação aos servidores, em caráter indenizatório e sob a forma de pecúnia, tendo sido prevista uma meta de atendimento mensal de 1.154 servidores em 2010, sendo atendidos, em média, 1.164 por mês devido ao preenchimento de alguns cargos vagos, durante o exercício.

A “Comunicação e Divulgação Institucional”, ação que tem por finalidade informar à sociedade brasileira sobre os atos do Tribunal e os serviços essenciais prestados pela justiça em âmbito nacional, teve, de acordo com a LOA 2010, uma previsão de veicular 29.904 matérias. Entretanto, o total de matérias veiculadas em 2010 foi de 144.673, superando sua meta em 384%. A disparidade entre a previsão e o número de matérias efetivamente veiculadas em 2010, pode ser explicada pelo aprimoramento da dinâmica jornalística e pela criação e implementação do Núcleo Técnico de Novas Mídias, que facilitaram a interação entre a TV Justiça e o seu *site*, bem como, intensificou a inserção contínua da postagem de notícia nas “novas mídias” como, por exemplo, o *youtube* e, principalmente, o *twitter*, onde cada postagem é considerada uma matéria veiculada.

O objetivo da ação “Capacitação de Recursos Humanos” é proporcionar aos integrantes do STF a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atividades com maior eficácia, mediante o oferecimento de cursos, treinamentos, palestras congressos e outros eventos de capacitação. Durante o exercício, houve 3.034 participações de servidores nos programas de capacitação, superando a meta prevista em 51%.

O projeto “Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação no STF – E-jus” prevê a implantação de um sistema que contribua para aumentar a agilidade na prestação jurisdicional, proporcionando rapidez nas decisões judiciais, com a utilização e o suporte de sistemas informatizados. Para 2010, foi prevista a implantação de 15% do sistema, chegando ao final do exercício com 9,06% de execução de sua meta física, ou seja, 60,40% da meta prevista. O acúmulo de licitações no final do exercício somado às especificidades das contratações na área de informática

não permitiu que os procedimentos licitatórios para os quais foram apresentados recursos pudessem ser refeitos.

Para o projeto “Recuperação e Modernização das Instalações do STF” foi definido um percentual de 32% de execução física referente a reformas estruturais, elétricas e hidráulicas nas instalações do Tribunal. Nessa ação foram aplicados recursos com os serviços de modernização do sistema de ar condicionado do Anexo II, infraestrutura elétrica do Edifício Sede, impermeabilização das juntas de dilatação, adequação do sistema de ar condicionado do Edifícios Sede e Anexo I, entre outros, alcançando-se 25,6% de execução física.

II – Ações que apresentaram problemas de execução:

Em conformidade com o artigo 9º da LRF - Lei Complementar 101/2000 e o artigo 70 da LDO – Lei 12.017/2009, foram bloqueados recursos para limitação de empenho e movimentação financeira na ação “Comunicação e Divulgação Institucional”, sendo o valor inicial de R\$ 14.012.611,00 e mais R\$ 5.018.813,00 no segundo bimestre. Assim, o relatório de avaliação bimestral de receitas e despesas indicou a possibilidade de redução dos valores bloqueados em R\$ 1.666.281,00 no terceiro bimestre, R\$ 1.124.507,00 no quarto, R\$ 11.870.894,00 no quinto, permanecendo contingenciado, até o final do exercício, o valor de R\$ 4.369.742,00.

No entanto, o contingenciamento efetuado não acarretou nenhum efeito negativo para o conjunto das demais ações vinculadas ao programa finalístico “Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal”. Entretanto, houve prejuízo para essa ação, que teve parte de suas metas adiadas para os próximos exercícios.

III – Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

A justificativa para a ação “Comunicação e Divulgação Institucional” ter superado a meta em 384% deve-se ao fato de os programas jornalísticos gerados pela TV e Rádio Justiça não atenderam apenas ao STF, mas a todo o Poder Judiciário.

A “Capacitação de Recursos Humanos”, por sua vez, teve a meta superada em 51% devido ao fato de vários servidores terem sido capacitados mais de uma vez durante o exercício.

2.4. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO
Supremo Tribunal Federal	10101

O Supremo Tribunal Federal não possui UGO consolidada ou agregada.

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	277.487.516	298.858.029			144.112.760	171.168.945	
	PLOA	279.197.772	294.517.827			153.655.566	154.999.260	
	LOA (1)	279.197.772	294.646.344			153.171.058	154.999.260	
CRÉDITOS	Suplementares (2)		9.612.997	42.018.599			11.436.147	11.795.000
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados (3)		2.606.547	21.018.599			10.145.058	13.950.000
Outras Operações								
Total (4=1+2-3)		286.204.222	315.646.344			154.462.147	152.844.260	

Fonte: SIAFI, LOA 2010

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	40.073.041	40.390.950				
	PLOA	38.418.600	32.290.124				
	LOA (1)	22.308.983	61.290.124				
CRÉDITOS	Suplementares (2)			5.950.000			
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados (3)		9.641.000	16.795.000			
Outras Operações							
Total (4=1+2-3)		12.667.983	50.445.124				

Fonte: SIAFI, LOA 2010

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	421.600.276	470.026.974	40.073.041	40.390.950			
	PLOA	432.853.338	449.517.087	38.418.600	32.290.124			
	LOA (1)	432.368.830	449.645.604	22.308.983	61.290.124			
CRÉDITOS	Suplementares (2)	21.049.144	53.813.599		5.950.000			
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados (3)	12.751.605	34.968.599	9.641.000	16.795.000			
Outras Operações								
Total (4=1+2-3)		440.666.369	468.490.604	12.667.983	50.445.124			

Fonte: SIAFI, LOA 2010

Análise Crítica

A elaboração da Proposta Orçamentária do Supremo Tribunal Federal para o exercício de 2010 teve como base os estudos técnicos realizados pela Secretaria de Administração e Finanças e as necessidades apresentadas pelas diversas unidades da Corte, observada a legislação pertinente, especialmente as disposições constantes da Lei nº 12.017, de 12/08/2009 (LDO 2010), que tratou das diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária/2010.

Após a consolidação das demandas apresentadas pelas unidades envolvidas no processo orçamentário e os referenciais monetários definidos pela Secretaria de Orçamento Federal/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF/MP, obteve-se o seguinte resultado: R\$ 298.858.029,00 para pessoal e encargos sociais, R\$ 211.559.895,00 para outros custeios e investimentos, totalizando R\$ 510.417.924,00 o orçamento do Tribunal para 2010.

O parâmetro utilizado para a elaboração da proposta orçamentária para pessoal e encargos sociais foi a despesa com a folha de pagamento, calculada de acordo com a situação vigente em março de 2009, projetada para 2010, em conformidade com o artigo 77 da LDO/2010, observados os limites definidos na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, chegando-se a uma necessidade inicial de R\$ 298.858.029,00.

Na composição desse valor, também foram incluídos aqueles referentes aos cargos vagos, às previsões de aposentadorias, ao impacto da revisão do subsídio de Ministros e de Juízes Auxiliares (PL 7.297/2006), à progressão funcional prevista para o exercício de 2010 e ao impacto do Adicional de Qualificação de Graduação dos Técnicos Judiciários (PL 319/2007).

De acordo com os referenciais monetários definidos pela SOF/MP – em que foram excluídas as projeções de progressão funcional e previsões de aposentadorias, as quais seriam objeto de suplementação ao longo do exercício –, foi encaminhado ao Congresso Nacional o valor de R\$ 294.517.827,00 para despesas com pessoal e encargos sociais, sendo aprovado na Lei nº 12.214/2010 - LOA 2010, o total de R\$ 294.646.344,00.

Houve, ainda, um decréscimo entre a proposta orçamentária do Tribunal e os limites negociados com o Órgão Central de Orçamento Federal, que não contemplou o preenchimento dos cargos vagos, as progressões funcionais previstas para os servidores e as previsões de aposentadorias,

sendo suplementados em R\$ 13.000.000,00 por meio de remanejamento de recursos próprios e R\$ 8.000.000,00 por meio de Decreto do Poder Executivo, chegando-se ao valor final de R\$ 315.646.344,00 para despesas com pessoal e encargos sociais.

Para Outras Despesas Correntes e Investimentos, foram seguidos os parâmetros estabelecidos no artigo 18 da LDO/2010, que define para a proposta do Órgão, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2009, com as alterações decorrentes de créditos suplementares e especiais, aprovados até 30 de junho de 2009.

Dessa forma, chegou-se a uma proposta de R\$ 211.559.895,00 para o custeio de despesas com funcionamento do Tribunal, manutenção de suas atividades, continuidade da execução de seus projetos (Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no STF – Ejus e Recuperação e Modernização das Instalações do STF) e, também, garantir o pagamento dos benefícios (Auxílio-alimentação, Auxílio-transporte, Assistência Pré-escolar e Assistência Médica e Odontológica) aos servidores.

Após os ajustes feitos com base nos limites definidos pelo Poder Executivo e as necessidades do Tribunal, foi encaminhado ao Congresso Nacional um valor final de R\$ 187.289.384,00, dos quais R\$ 32.290.124,00 referem-se a investimentos.

A Lei Orçamentária/2010 aprovou R\$ 216.289.384,00, sendo R\$ 61.290.124,00 para Investimento, e o restante para Outras Despesas Correntes. Assim, a dotação do Supremo Tribunal Federal aprovada pelo Congresso Nacional teve um acréscimo de R\$ 29.000.000,00 na ação Comunicação e Divulgação Institucional, proveniente de Emendas Parlamentares, para incrementar a dotação destinada à expansão dos serviços da TV Justiça, canal público de comunicação do Poder Judiciário, essencial como instrumento de aproximação da justiça com o cidadão.

Considera-se relevante o acréscimo de R\$ 29.000.000,00 na LOA em relação ao PLOA, na ação Comunicação e Divulgação Institucional, havendo a possibilidade de implementação progressiva do projeto de universalização do sinal da TV Justiça, com transmissão em canais abertos e gratuitos a toda a sociedade brasileira, cumprindo-se, assim, o objetivo de sua transformação numa emissora efetivamente pública, posto que sua finalidade é divulgar os atos do Poder Judiciário e dos serviços essenciais à Justiça.

Em relação à dotação orçamentária autorizada na LOA/2009, houve acréscimo de 12%, sendo a maior parte (8,6%) na ação Comunicação e Divulgação Institucional, e 3,4% para as despesas com pessoal e encargos sociais e o restante em outras despesas correntes.

Quanto aos créditos adicionais, houve necessidade de suplementações, que ocorreram de acordo com as Portarias nº 4 e 5, de 17/02/2010 da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF/MP, as quais estabeleceram procedimentos e prazos para a abertura de créditos autorizados na Lei Orçamentária de 2010.

No grupo de despesas com Pessoal e Encargos Sociais foi feito o primeiro remanejamento dos recursos das dotações destinadas à criação e/ou provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras para as ações normais de execução das despesas desse grupo, no valor total de R\$ 10.018.559,00, referentes a pessoal ativo, inativo e contribuição social (Portaria STF nº 52, de 16/03/2010).

Na Apreciação e Julgamento de Causas, foi feito um remanejamento de R\$ 13.000.000,00 de outras despesas correntes e capital para o grupo despesas de pessoal, Portaria STF nº 297, de

14/12/2010, referente ao pagamento de passivos devidos a servidores ativos, em decorrência de decisão judicial com trânsito em julgado.

Para suplementação da ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões, foram remanejados R\$ 11.000.000,00 de pessoal ativo (Portarias STF nº 255 e 289/2010) e recebidos mais R\$ 8.000.000,00 por meio de Decreto do Poder Executivo. A razão da abertura desses créditos foi complementar os recursos para o pagamento da folha normal de pessoal, referente a dezembro e, também, para o pagamento parcial de passivos devidos a servidores ativos, inativos e pensionistas, em face de decisão judicial com trânsito em julgado.

Também na ação Apreciação e Julgamento de Causas no STF, procedeu-se ao remanejamento de R\$ 3.000.000,00 do grupo de outras despesas correntes para investimentos, tendo em vista a necessidade de adequação da dotação, para cumprimento das metas do Tribunal (Portaria STF nº 255, de 19/10/2010).

A ação Assistência Médica e Odontológica foi suplementada em R\$ 3.700.000,00, com recursos cancelados da Comunicação e Divulgação Institucional (Portaria STF nº 255, de 19/10/2010), para o custeio das despesas contratadas para prestação de serviços médicas, hospitalares, laboratoriais e odontológicos.

Conforme Portaria STF nº 213, de 13/09/2010, também foram cancelados R\$ 745.000,00 da Comunicação e Divulgação Institucional, para complementação dos recursos orçamentários destinados ao pagamento dos benefícios assistenciais, sendo R\$ 25.000,00 para Auxílio-Transporte, R\$ 120.000,00 Assistência Pré-Escolar e R\$ 600.000,00 para Auxílio-Alimentação. Quando da elaboração da proposta orçamentária para 2010, o Supremo Tribunal Federal não foi atendido em seus valores mínimos necessários, gerando uma indisponibilidade para o pagamento integral dos benefícios aos servidores, havendo necessidade da referida suplementação.

Para adequação da programação da Secretaria de Comunicação Social, foram necessários ajustes na dotação orçamentária da ação Comunicação e Divulgação Institucional. Foi feito o remanejamento entre seus grupos de despesa com o cancelamento de R\$ 7.000.000,00 de investimento para suplementação de outros custeios (Portaria STF nº 213, de 13/09/2009), para fazer face à contratação de serviços de consultoria técnica especializada, tendo em vista a universalização do sinal da TV Justiça.

Na Capacitação de Recursos Humanos, houve suplementação de R\$ 350.000,00, com cancelamento de recursos da Comunicação e Divulgação Institucional, com o objetivo de atender integralmente ao Programa de Desenvolvimento Gerencial previsto na IN 87/2009 (Portaria STF nº 204, de 25/08/2010).

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos	240005	02.061.0565.6359.0001			218.262
		080001	02.061.0565.6359.0001			15.600
		040003	02.128.0565.4091.0001			5.328
	Recebidos	040003	02.131.1389.2549.0001			254.198
		040003	02.032.1389.2B65.0001			775.325
		080001	02.061.0571.4256.0001			109.485
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Em 2010, foram recebidos e concedidos créditos orçamentários por movimentação externa, pelo Supremo Tribunal Federal, no grupo de Despesas Correntes. Essas movimentações e suas execuções não impactaram nos recursos geridos pelo Tribunal, por tratar-se de ressarcimentos de despesas realizadas entre os órgãos envolvidos nos destaques. No total, foram recebidos R\$ 1.139.007,01 e concedidos R\$ 239.189,81.

Do Conselho Nacional de Justiça foram recebidos R\$ 254.197,75 para fazer face a despesas com cobertura de seus programas e eventos na TV e Rádio Justiça. Foram recebidos, ainda, R\$ 775.324,68 para o reembolso de despesas com a utilização de materiais e serviços do Supremo Tribunal Federal.

Do Tribunal Superior do Trabalho foi recebida uma descentralização de crédito no valor de R\$ 109.484,58, referente ao uso compartilhado de sala em área restrita no Aeroporto Internacional de Brasília, destinado ao serviço de apoio ao embarque e desembarque de autoridades.

Entre os créditos concedidos, foi destacado ao Ministério das Relações Exteriores o valor de R\$ 210.128,33 para pagamento da contribuição anual relativa à participação do Brasil na Comissão Europeia para Promoção do Direito através da Democracia – Comissão de Veneza, e mais R\$ 8.133,48 referentes à locação de veículos e contratação de intérpretes por ocasião de visitas oficiais do Presidente do STF ao exterior.

Ao Conselho Nacional de Justiça foi concedido um destaque de R\$ 5.328,00 para pagamento de despesa referente à participação de servidores do Supremo Tribunal Federal em evento de capacitação promovido por aquele órgão.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários do STF

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários do STF

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	67.086.953,27	71.125.401,38	67.044.692,09	71.097.953,19
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	1.330.149,85	355.823,06	1.330.149,85	355.823,06
Concorrência	7.618.364,93	1.532.621,84	7.618.364,93	1.532.621,84
Pregão	58.138.438,49	69.236.956,48	58.096.177,31	69.209.508,29
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços ⁽¹⁾	-	-	-	-
Contratações Diretas	23.544.766,56	24.562.680,55	23.429.855,80	24.562.680,55
Dispensa	19.318.153,40	20.156.278,06	19.203.242,64	20.156.278,06
Inexigibilidade	4.226.613,16	4.406.402,49	4.226.613,16	4.406.402,49
Regime de Execução Especial	40.137,90	42.356,21	40.137,90	42.356,21
Suprimento de Fundos	40.137,90	42.356,21	40.137,90	42.356,21
Pagamento de Pessoal	255.601.133,97	309.689.482,50	255.601.133,97	309.689.482,50
Pagamento em Folha	254.920.995,71	308.978.157,25	254.920.995,71	308.978.157,25
Diárias	680.138,26	711.325,25	680.138,26	711.325,25
Outros ⁽²⁾	42.850.194,25	22.021.051,06	42.850.194,25	22.020.691,35

Fonte: SIAFI

(1) Não foi possível segregar a despesa dos registros de preços, pois no SIAFI não há campo para indicar no Empenho a Modalidade Registro de Preço. Dessa forma, estas informações estão incluídas nos valores relativos ao Pregão.

(2) O Campo "Outros" refere-se a Modalidade Não Aplicável, exceto diárias e folha de pagamento, tais como: Taxas de Imóveis administrados pelo STF, Taxas Bancárias, Contribuições Previdenciárias, Taxa de Iluminação Pública, Ressarcimentos Diversos, Ajuda de Custo, Auxílio Moradia, Capacitação, Assistência Médica e outros.

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários do STF

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada ¹		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 - Despesas de Pessoal	286.202.262,39	315.644.560,65	270.875.750,44	309.855.841,95	15.326.511,95	5.788.718,70	270.875.750,44	309.855.841,95
11-Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	148.121.826,80	151.363.118,33	148.071.826,80	151.363.118,33	50.000,00	-	148.071.826,80	151.363.118,33
01-Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	71.598.571,25	73.935.071,58	71.598.571,25	73.935.071,58	-	-	71.598.571,25	73.935.071,58
92-Despesas de Exercícios Anteriores	12.493.260,90	32.194.502,93	851.748,95	29.895.784,23	11.641.511,95	2.298.718,70	851.748,95	29.895.784,23
Demais Elementos do Grupo	53.988.603,44	58.151.867,81	50.353.603,44	54.661.867,81	3.635.000,00	3.490.000,00	50.353.603,44	54.661.867,81
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
N/A	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	133.806.401,49	134.955.663,27	113.626.249,96	112.628.304,02	20.180.151,53	22.327.359,25	113.492.542,65	112.603.000,85
39-Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	99.634.327,19	104.743.445,39	82.215.520,91	89.598.552,30	17.418.806,28	15.144.893,09	82.102.707,98	89.594.784,06
46-Auxílio-Alimentação	8.937.908,67	9.775.600,07	8.937.908,67	9.775.600,07	-	-	8.937.908,67	9.775.600,07
35-Serviços de Consultoria	190.602,00	5.228.321,06	120.091,00	0,00	70.511,00	5.228.321,06	120.091,00	0,00
Demais Elementos do Grupo	25.043.563,63	15.208.296,75	22.352.729,38	13.254.151,65	2.690.834,25	1.954.145,10	22.331.835,00	13.232.616,72

Fonte: SIAFI - Consulta por Unidade Orçamentária - UO 10101

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	11.988.445,85	26.535.493,38	4.621.185,55	4.956.825,73	7.367.260,30	21.578.667,65	4.597.720,92	4.954.321,00
51-Obras e Instalações	4.780.182,02	11.673.328,52	1.951.094,99	1.429.455,53	2.829.087,03	10.243.872,99	1.951.094,99	1.429.455,53
52-Equipamentos e Material Permanente	7.145.763,83	11.268.475,73	2.607.590,56	2.857.927,04	4.538.173,27	8.410.548,69	2.584.125,93	2.855.422,31
39-Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Juridica-Op. Int.Orç	62.500,00	3.593.689,13	62.500,00	669.443,16	-	2.924.245,97	62.500,00	669.443,16
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
N/A	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
N/A	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI - Consulta por Unidade Orçamentária - UO 10101

¹ Na coluna Despesa Liquidada não estão incluídos os valores liquidados automaticamente pelo sistema, relativos à inscrição dos restos a pagar não processados.

Análise Crítica

O crescimento de 9,37% em “Outras Despesas Correntes” deve-se ao reajuste do auxílio-alimentação autorizado pelo Presidente do Tribunal.

O acréscimo de 157,69% na Despesa de Pessoal - Exercícios Anteriores - foi decorrente da quitação de passivos trabalhistas de servidores, referentes à incorporação de quintos (conforme decisão judicial transitada em julgado), bem como ao pagamento de parte da Parcela Autônoma de Equivalência devida a magistrados ativos, aposentados e pensionistas (Processos nº 334.293 e nº 334.431).

O aumento com gastos em Investimentos - Outros Serviços de Terceiros - ocorreu em virtude da nova classificação da despesa com aquisição de *softwares*, que passou para a conta de intangível, conforme determinação da Secretaria do Tesouro Nacional, em atendimento à convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Não ocorreram eventos negativos que prejudicassem a execução orçamentária.

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pelo STF por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		DESPESAS PAGAS	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	859.233,00	724.903,58	859.233,00	724.903,58
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	859.233,00	724.903,58	859.233,00	724.903,58
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	367.255,79	38.421,10	367.255,79	38.421,10
Dispensa	340.000,00	-	340.000,00	-
Inexigibilidade	27.255,79	38.421,10	27.255,79	38.421,10
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	-	-	-	-
Outros	278.774,82	98.883,26	278.774,82	98.883,26

Fonte: SIAFI

Nota: *Os valores constantes das colunas de Despesa Liquidada não incluem a liquidação da despesa para inscrição de Restos a Pagar.

2.4.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	178.350,49	-	178.350,49	-	-	-	178.350,49	-
319016-Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	178.350,49	-	178.350,49	-	-	-	178.350,49	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
N/A	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	1.347.022,64	1.137.505,69	1.326.913,12	862.207,94	20.109,52	275.297,75	-	862.207,94
339039 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	1.347.022,64	1.137.505,69	1.326.913,12	862.207,94	20.109,52	275.297,75	-	862.207,94

Fonte: SIAFI

2.4.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	1.100.000,00	-	-	-	1.100.000,00	-	-	-
449051-Obras e Instalações	1.100.000,00	-	-	-	1.100.000,00	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
N/A	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
N/A	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

As movimentações financeiras recebidas pelo Supremo Tribunal Federal referem-se a destaques oriundos do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e do Tribunal Superior do Trabalho – TST. O 2º Protocolo de Cooperação Técnica firmado com o CNJ prevê a utilização, por aquele Conselho, de instalações e serviços do STF. O Termo de Compromisso celebrado com o TST trata de uso compartilhado de sala cedida pela Infraero.

Não houve alteração significativa ocorrida no exercício ou contingenciamento que afetasse a execução orçamentária dessas despesas.

2.4.3 Indicadores Institucionais

São instrumentos que permitem aferir a eficiência, a eficácia e a economicidade da ação administrativa, levando-se em conta os resultados quantitativos e qualitativos alcançados pelo STF.

Nos últimos anos, o Tribunal vem trabalhando no desenvolvimento de indicadores que não sejam restritos apenas aos aspectos contábeis e orçamentários da gestão. Os novos parâmetros levam em consideração, para seu cálculo, os “produtos” gerados pelas “atividades” estabelecidas no Regulamento da Secretaria, no Manual de Organização do STF e nas Diretrizes da gestão.

Com isso, espera-se evidenciar as informações acerca da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade dos procedimentos e permitir o estabelecimento de metas a serem atingidas pela Administração e a construção de séries históricas de desempenho. Os indicadores apurados são os seguintes:

2.4.3.1 Índice de redução da interposição de Agravos Regimentais em decisões do Presidente em Agravos de Instrumento e Recursos Extraordinários não distribuídos

Descrição: Permite aferir a redução de Agravos Regimentais interpostos em decisões proferidas pelo Presidente em Agravos de Instrumento e Recursos Extraordinários não distribuídos em face do art. 13, inciso V, alínea “c” do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal no ano base em referência ao ano anterior.

Tipo: Efetividade

Meta: redução de 30% de Agravos Regimentais em decisões do Presidente em AI e RE não distribuídos

Responsável: Assessoria Especial da Presidência

Fórmula:

$$\frac{\text{Nº de Agravos Regimentais interpostos no ano base}}{\text{Nº de decisões do Presidente em AI e RE não distribuídos no ano base}} / \frac{\text{Nº de Agravos Regimentais interpostos no ano anterior}}{\text{Nº de decisões do Presidente em AI e RE não distribuídos no ano anterior}} - 1$$

Resultado para o ano base 2010:

$$\frac{332}{10.997} / \frac{1.249}{25.729} - 1 = - 37,81\%$$

2.4.3.2 Índice de processos baixados

Descrição: Apresenta o percentual de processos baixados em comparação com o total de processos autuados no ano base.

Tipo: Efetividade

Meta: 90% de processos baixados

Responsável: Assessoria Especial da Presidência

Fórmula:

$$\frac{\text{Nº de processos baixados no ano base}}{\text{Nº de processos autuados no ano base}}$$

Resultado para o ano base 2010:

$$\frac{84.924}{71.670} = 118,49\%$$

2.4.3.3 Número de julgamentos de matérias submetidas à análise de Repercussão Geral no Plenário Virtual

Descrição: Demonstra a quantidade de julgamentos de matérias submetidas à análise de Repercussão Geral no Plenário Virtual no ano base.

Tipo: Eficácia

Meta: Julgar 10 matérias por mês no Plenário Virtual.

Responsável: Presidência.

Fórmula:

$$\frac{\text{Nº de processos submetidos à análise de Repercussão Geral no Plenário Virtual}}{\text{Nº de meses úteis}}$$

Resultado para o ano base de 2010:

$$\frac{118}{10} = 11,8$$

2.4.3.4 Índice de servidores treinados

Descrição: Apresenta o quantitativo de servidores treinados no ano base (independentemente do número de cursos realizados por pessoa), em relação ao total de servidores ativos do Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de verificar a execução da Atividade Capacitação de Recursos Humanos, prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA) do referido ano.

Tipo: Eficácia

Meta: 50% dos servidores treinados.

Responsável: Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal.

Fórmula:

$$\frac{\text{Nº de servidores treinados no ano base}}{\text{Total de servidores ativos do STF no ano base}}$$

Resultado para o ano base 2010:

$$\frac{967}{1.126} = 85,88\%$$

2.4.3.5 Índice de horas de treinamento

Descrição: Apresenta a média de horas de treinamento por servidor no ano base, tendo como referência o quantitativo total de servidores do quadro de pessoal.

Tipo: Eficiência

Meta: Treinar 40h/servidor em média por ano.

Responsável: Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal.

Fórmula:

$$\frac{\text{Nº de horas de treinamento}}{\text{Total de servidores do STF}}$$

Resultado para o ano base 2010:

$$\frac{52.886}{1.126} = 46,97\text{h/servidor}$$

2.4.3.6 Índice de economia nas contratações

Descrição: Apresenta o percentual de economia obtido pelo Tribunal nos procedimentos licitatórios realizados durante o ano base, aferido com base no valor contratado em relação ao valor estimado nas licitações.

Tipo: Eficiência

Meta: 10% de economia.

Responsável: Secretaria de Administração.

Fórmula:

$$\frac{\text{Valor contratado nas licitações}}{\text{Valor estimado nas licitações}} - 1$$

Resultado para o ano base de 2010:

$$\frac{63.080.999,85}{80.124.107,80} - 1 = - 21,27\%$$

2.4.3.7 Índice de disponibilização do banco de dados

Descrição: Demonstra o percentual de horas em que o banco de dados do Tribunal esteve disponível no ano base em relação ao número total de horas.

Tipo: Eficácia

Meta: 100% de disponibilidade.

Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação.

Fórmula:

$$\frac{\text{Nº de horas de disponibilização do banco de dados no ano base}}{\text{Nº total de horas}}$$

Resultado para o ano base de 2010:

$$\frac{8.737,29}{8.744,65} = 99,92\%$$

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

O saldo da conta 2.1.2.1.11.00, que representa o lançamento dos valores relativos ao Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos, permaneceu zerado durante todo o exercício de 2010. Assim, esta Unidade Jurisdicional não apresenta Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores
em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	9.285,77	-	9.285,77	-
2008	6.237,50	-	6.237,50	-
2007	21.623,70	-	21.623,70	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	43.994.033,30	10.642.809,54	32.875.213,70	476.010,06
2008	18.061.426,04	1.635.295,28	16.180.027,85	246.102,91
2007	145.394,63	-	145.394,63	-
Observações: Normativo que autorizou o pagamento no exercício de 2010: Decreto nº 7.057/2009				

Fonte: SIAFI

O Saldo a Pagar refere-se aos Restos a Pagar Não Processados “a liquidar” e “liquidados a pagar”.

Análise Crítica

O Supremo Tribunal Federal adota, como estratégia de pagamento dos Restos a Pagar, o acompanhamento dos valores inscritos e sua execução mensal, mediante elaboração de planilhas que são encaminhadas às Secretarias demandantes dos serviços/aquisições para que seja verificado o andamento das liquidações dessas despesas.

Os saldos de empenhos reinscritos foram decorrentes da publicação do Decreto nº 7.057/2009, que concedeu prazo de execução até 31/12/2010.

Dos saldos reinscritos (Notas de Empenhos de 2007/2008), 82,92% referiam-se a despesas com passivos de pessoal. Foi efetuada a reinscrição, pois encontravam-se pendentes de julgamento mandados de segurança que tramitavam neste Tribunal, relativos ao pagamento de incorporação dos Quintos referentes ao período de abril de 1998 a setembro de 2001.

No exercício de 2010 houve a quitação de passivos junto aos servidores, referentes à incorporação de quintos (conforme decisão judicial transitada em julgado), bem como o pagamento de parte da Parcela Autônoma de Equivalência devida a magistrados ativos, aposentados e pensionistas (Processos nº 334.293 e nº 334.431).

Não ocorreram eventos negativos que prejudicassem a execução da gestão dos Restos a Pagar no exercício de 2010.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

5.1.1 Lotação Autorizada e Efetiva

Tipologias do Cargo	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1. Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos	11	10	---	1
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	1135	1105	77	64
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	---	---	---	---
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	---	2	1	---
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	---	72	18	22
1.3 Servidores com Contratos Temporários	---	---	---	---
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos	---	77	---	---
1.4.2 Removidos	---	---	---	---
1.4.3 Licença Remunerada	---	9	---	---
1.4.4 Licença não remunerada	---	8	---	---
2. Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos de Natureza Especial	---	---	---	---
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	156	146	---	---
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	---	72	---	---
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	---	---	---	---
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	---	44	---	---
2.2.4 Sem vínculo	---	26	15	17
2.2.5 Aposentado	---	4	1	---
2.3 Funções gratificadas	417	412	---	---
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	---	384	---	---
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	---	---	---	---
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	---	28	---	---
3. Total	---	---	112	104

Fonte: Seção de Cadastro/CAPE/SRH

5.1.2 Faixa Etária

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1 Membros de poder e agentes políticos	---	---	1	3	6
1.2 Servidores de Carreira	275	427	276	107	20
1.3 Servidores com Contratos Temporários	---	---	---	---	---
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	9	44	30	8	3
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1 Cargos de Natureza Especial	---	---	---	---	---
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	25	64	39	14	4
2.3 Funções gratificadas	81	177	123	29	2

Fonte: Seção de Cadastro/CAPE/SRH

5.1.3 Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1 Membros de poder e agentes políticos	---	---	---	---	---	1	2	2	5
1.2 Servidores de Carreira	---	---	---	---	268	246	551	37	3
1.3 Servidores com Contratos Temporários	---	---	---	---	---	---	---	---	---
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	---	---	---	---	---	34	51	8	1
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1 Cargos de Natureza Especial	---	---	---	---	---	---	---	---	---
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	---	---	---	---	---	99	45	2	---
2.3 Funções gratificadas	---	---	---	---	4	186	214	8	---

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Seção de Cadastro/CAPE/SRH

5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

5.2.1 Inativos

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1. Integral		
1.1 Voluntária	205	17
1.2 Compulsório	1	0
1.3 Invalidez Permanente	38	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional		
2.1 Voluntária	60	1
2.2 Compulsório	0	0
2.3 Invalidez Permanente	7	0
2.4 Outras	---	---

Fonte: Seção de Aposentadorias e Pensões/CAPE/SRH

5.2.2 Pensionistas

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	124	6
2. Proporcional	8	0

Fonte: Seção de Aposentadorias e Pensões/CAPE/SRH

5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	234	235	242	218	1.802.586,38
• Área Fim	171	167	176	158	1.303.990,99
• Área Meio	63	68	66	60	498.595,39
Nível Médio	34	32	33	32	178.260,52
• Área Fim	27	25	26	25	140.166,25
• Área Meio	7	7	7	7	38.094,27

Fonte: Seção de Cadastro/CAPE/SRH

5.4 QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	2.672.824,45	0,00	222.735,37	128.866,43	829.636,41	409.064,45	0,00	4.263.127,11
2009	2.834.983,30	0,00	243.213,05	177.886,94	612.077,14	260.371,12	0,00	4.128.531,55
2010	3.583.527,26	0,00	299.040,10	209.205,64	854.555,13	268.387,36	0,00	5.214.715,49
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	68.313.316,45	10.804.042,31	7.519.751,80	9.739.870,37	932.682,13	763.423,36	6.987.345,76	105.060.432,18
2009	90.567.037,04	13.324.093,60	8.856.800,31	9.432.747,09	1.068.618,79	1.031.137,55	9.002.030,33	133.282.464,71
2010	95.916.593,58	13.945.614,58	9.421.409,74	9.062.997,95	1.362.672,45	1.049.690,25	10.034.399,46	140.793.378,01
Servidores com contratos temporários								
2008	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
2009	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
2010	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Servidores cedidos com ônus ou em licença								
2008	7.144.202,89	601.832,45	737.017,46	765.115,90	-----	101.875,97	616.201,72	9.966.246,39
2009	8.104.666,83	456.847,89	737.869,11	602.153,94	-----	99.843,07	640.718,69	10.642.099,53
2010	8.509.694,09	145.080,46	747.328,81	462.436,37	-----	84.723,69	700.110,43	10.649.373,85
Servidores ocupantes de cargos de natureza especial								
2008	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
2009	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
2010	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Servidores ocupantes de cargos do grupo direção e assessoramento superior								
2008	209,03	6.717.644,25	645.892,56	1.075.736,52	-----	54.928,42	624.821,93	9.119.232,71
2009	3.457,57	7.538.737,15	676.155,09	849.123,08	-----	42.855,16	631.289,77	9.741.617,82
2010	5.332,78	7.256.828,61	648.597,90	746.246,15	-----	37.113,75	720.785,90	9.414.905,09
Servidores ocupantes de funções gratificadas								
2008	209,03	663.829,16	318.532,40	701.073,23	-----	32.648,82	339.409,73	2.055.702,37
2009	3.457,57	582.891,15	381.120,37	616.295,16	-----	29.247,29	376.574,05	1.989.585,59
2010	5.332,78	701.654,64	359.861,00	471.383,79	-----	22.247,05	439.316,69	1.999.795,95

Fontes: Coordenadoria de Pagamento de Pessoal/SRH e Coordenadoria de Orçamento e Finanças/SAF

Observações:

1. **Membros de poder e agentes políticos:**

- Além dos Ministros do STF, foram considerados os Juízes Auxiliares e Juízes Instrutores.
- As Gratificações (i), Adicionais (ii) e Indenizações (iii) referem-se, respectivamente, a (i) gratificação natalina, (ii) 1/3 de férias e (iii) auxílio-moradia, ajuda de custo e abono de permanência.

2. **Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão:**

- Na coluna retribuições foram incluídos os recursos referentes aos servidores efetivos ocupantes de função comissionada e cargo comissionado.
- Dentro desse grupo foram incluídos os recursos referentes aos servidores afastados para acompanhar o cônjuge e aqueles que tomaram posse em outro cargo inacumulável.

3. **Servidores cedidos com ônus ou em licença:** Nesse grupo foram incluídos os recursos referentes a todos os servidores cedidos pelo Tribunal, aos afastados para exercício provisório em outros órgãos e aos afastados para exercício provisório devolvidos no exercício de 2010.

4. **Servidores ocupantes de cargos do grupo direção e assessoramento superior:** Incluídos os recursos referentes aos: requisitados, requisitados devolvidos no exercício de 2010, sem vínculo e sem vínculo exonerados no exercício de 2010.

5. **Servidores ocupantes de funções gratificadas:** Incluídos os recursos referentes aos requisitados e requisitados devolvidos no exercício de 2010.

6. **Indenizações:** Os valores referentes aos servidores cedidos com ônus ou em licença, aos servidores de cargo do grupo direção e assessoramento superior e servidores ocupantes de funções gratificadas estão contidos no grupo “Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão”.

7. **Gerais:** O agrupamento de alguns recursos em uma única tipologia de servidores deve-se ao fato de o sistema de gestão de recursos humanos ainda não dispor de ferramenta que permita discriminar com maior precisão os detalhes exigidos.

5.5 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

No exercício de 2010, com o objetivo de aferir o alcance das ações desenvolvidas pela Secretaria de Recursos Humanos, especialmente na área de capacitação, foram adotados os seguintes indicadores gerenciais.

5.5.1 Índice de horas de treinamento

Meta: promover, a cada ano, 30 horas de treinamento, em média, por servidor.

Fórmula:

$$\frac{\text{Horas de treinamento}}{\text{Número de servidores}} = \frac{52.886}{1.126}$$

Resultado: O STF promoveu, em média, **46,95** horas de treinamento por servidor.

5.5.2 Índice de horas de treinamento por unidade

Meta: garantir, a cada ano, em média, 15 horas de treinamento por servidor de cada Secretaria.

Fórmula:

$$\frac{\text{Horas de treinamento por Secretaria}}{\text{Número de servidores}}$$

Resultado: Em 2010, a menor média de horas de treinamento, por servidor de cada Secretaria, foi **23,59** horas.

5.5.3 Índice de servidor treinado

Meta: garantir, a cada ano, a participação de 50% dos servidores do STF em eventos de capacitação.

Fórmula:

$$\frac{\text{Servidores treinados}}{\text{Número de servidores}} \times 100 = \frac{967}{1.126} \times 100$$

Resultado: Durante o ano de 2010, 85,88% dos servidores do STF foram treinados em um ou mais eventos.

5.5.4 Índice de capacitação anual por instrutoria interna

Meta: realizar, a cada ano, no mínimo 15% dos eventos internos por instrutoria interna.

Fórmula:

$$\frac{\text{Nº de eventos internos por instrutoria interna}}{\text{Total de eventos internos}} = \frac{17}{38}$$

Resultado: Em 2010, 44,74% dos eventos internos do STF foram realizados por instrutoria interna.

5.5.5 Número de ações de qualidade de vida para servidores

Meta: desenvolver pelo menos 2 ações anuais de qualidade de vida para servidores.

Fórmula: Nº de ações de qualidade de vida realizadas no ano.

Resultado: Em 2010, foram realizadas **14** ações de qualidade de vida para servidores.

Análise Crítica

Os indicadores e os resultados apresentados demonstram o compromisso da Administração com o desenvolvimento pessoal, profissional e gerencial dos servidores. O Tribunal está trabalhando no desenvolvimento de outros indicadores que explicitem a eficiência da gestão de recursos humanos.

Quanto aos aspectos quantitativos e qualitativos da área de pessoal, inicialmente cumpre assinalar que embora nos últimos anos o Tribunal tenha envidado esforços para suprir a demanda por força de trabalho, ainda há carência de servidores tanto na área-fim quanto na área-meio.

O quantitativo de cargos do Supremo está definido pela Resolução nº 436, de 5/8/2010, que incorporou ao Quadro de Pessoal os cargos criados pela Lei nº 11.617, de 19/12/2007. As necessidades posteriores foram atendidas mediante transformação da Área/Especialidade de cargos vagos em outras sem aumento do total previsto na lei.

Rotatividade

Importante destacar que há significativa rotatividade de servidores, especialmente daqueles com alto nível de preparação, aprovados em outros certames e que saem do Tribunal em busca de remuneração mais atrativa.

Somente em 2010, houve a admissão de 77 servidores provenientes do último concurso realizado pelo Tribunal. Ainda nesse ano, 38 servidores solicitaram desligamento do Quadro de Pessoal, ou seja, quase 50% do número de ingressos. A título de exemplo, das 10 vacâncias ocorridas para o cargo de Analista Judiciário, Área Administrativa, 7 decorreram de saídas de servidores para ocupar cargos de mesmo nível em outras carreiras, sendo 1 para o MPOG, 1 para o TCU, 2 para o Senado Federal, 1 para Agência Reguladora, 1 para a Câmara Legislativa do DF e 1 para a STN.

Com o objetivo de atenuar esses problemas, em dezembro de 2009, foi enviado Projeto de Lei ao Congresso Nacional com vistas à revisão do plano de carreira (PL nº 6.613/2009). Internamente, está sendo delineada uma proposta de “Entrevista de Desligamento” que auxiliará na identificação das principais causas dos desligamentos, com vistas à proposição de ações para minimizar essa rotatividade, contribuindo, assim, para a melhoria da organização.

Níveis Salariais

As tabelas remuneratórias das carreiras do Poder Judiciário da União, implantadas pela Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, já apresentam defasagem e necessitam de correções.

A falta de atratividade remuneratória do Judiciário, em comparação com outras carreiras públicas, tem evidenciado, cada vez mais, as dificuldades para manter os servidores efetivos em seus quadros (vide demonstrativos abaixo).

Apesar das políticas desenvolvidas para a permanência dos servidores, tais como plano de saúde, ações de qualidade de vida, qualificação profissional, etc., a rotatividade, como exposto acima, tem registrado níveis elevados no STF.

O PL nº 6.613/2009, por sua vez, não tem por objetivo apenas atualizar a remuneração, mas também aperfeiçoar a estrutura da carreira, de modo a criar condições de desenvolvimento e satisfação dos servidores selecionados para os quadros judiciários.

PODER	CARGO	INICIAL	FINAL	
I – NÍVEL SUPERIOR				
EXECUTIVO	Gestão Governamental, Analista do Banco Central, Analista Técnico da SUSEP, Inspetor e Analista da CVM e Carreira de Planejamento e Pesquisa – IPEA	12.960,77	18.474,65	
	Delegado de Polícia Federal / Perito Criminal Federal, Delegado Civil, Perito e outros (ex-Territórios)	13.368,68	19.699,82	
	Auditor Fiscal da Receita Federal e Auditor Fiscal do Trabalho	13.600,00	19.451,00	
	Carreiras Jurídicas	14.970,00	19.451,00	
LEGISLATIVO	Câmara dos Deputados	11.914,08	17.351,73	
	Analista Legislativo do Senado Federal	GD – 40%	17.465,85	19.617,90
		GD – 100%	20.390,19	23.464,55
	Consultor (Legislativo e de Orçamento) e Advogado do Senado Federal	GD – 40%	22.691,44	23.721,00
		GD – 100%	26.096,84	27.567,64
	Auditor Federal de Controle Externo do TCU	13.239,55	18.976,79	
JUDICIÁRIO	Analista Judiciário (tabela de remuneração atual)	6.551,52	10.436,11	
	Analista Judiciário (tabela de remuneração – PL nº 6.613/2009)	10.283,59	16.324,61	
II – NÍVEL INTERMEDIÁRIO				
EXECUTIVO	Analista Tributário da Receita Federal do Brasil	7.996,07	11.595,00	
	Carreira Policial Rodoviário Federal	5.620,12	9.661,12	
	Agente de Polícia Federal	7.514,33	11.879,08	
LEGISLATIVO	Técnico Legislativo da Câmara dos Deputados	5.063,88	12.678,93	
	Técnico Legislativo do Senado Federal	GD – 40%	13.200,04	15.588,24
		GD – 100%	15.100,86	18.512,58
Técnico Federal de Controle Externo do TCU	7.988,48	11.151,85		
JUDICIÁRIO	Técnico Judiciário (tabela de remuneração atual)	3.993,09	6.360,71	
	Técnico Judiciário (tabela de remuneração – PL nº 6.613/2009)	6.104,70	9.949,68	

Absenteísmo

É sabido que, além da rotatividade, o absenteísmo também é um fator imprevisível e negativo para a organização, gerador de alto custo para a Administração. Em que pese não haver, até o momento, estudos que identifiquem o índice de absenteísmo do Supremo, um dado se mostra bastante significativo. No ano de 2010 foram registrados 19 afastamentos para curso de formação, que resultaram em, aproximadamente, 573 dias não trabalhados. Importante lembrar que esses afastamentos, que variaram de 12 a 93 dias, são destinados à preparação do servidor para assumir cargos distintos em outros órgãos, por força de lei, ou seja, além das ausências ao trabalho tem-se o iminente desligamento do servidor.

Satisfação e Motivação

Uma vez que o absenteísmo é afetado não só por fatores internos e externos, mas também pela capacidade profissional das pessoas e pela sua motivação para o trabalho, o Tribunal investe em práticas organizacionais que, de alguma forma, podem incentivar a presença e desestimular as ausências ao trabalho, aumentando a satisfação e a motivação, como é o caso das ações de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional e de qualidade de vida.

Quanto ao desenvolvimento da qualidade de vida no trabalho, tem-se o Programa de Qualidade de Vida no Supremo com ações nas áreas biológica, psicológica, social e organizacional, voltadas para a satisfação dos servidores no trabalho, na busca de resultados concretos, elevando o bem-estar integral e a motivação profissional de forma a favorecer o comprometimento com a organização.

Em 2010 foram realizadas 14 ações de qualidade de vida para servidores, dentre as quais destacamos:

- a) Ginástica Laboral e a Massagem Laboral, que contribuem para a prevenção e a redução do estresse e de lesões causadas pelo esforço repetitivo;
- b) Lanche Certo, que auxilia nas escolhas adequadas de alimentação no trabalho, de forma a aprimorar hábitos alimentares e promover saúde por meio de alimentação equilibrada;
- c) Travessia, que busca preparar os servidores para a aposentadoria, fazendo-os refletir sobre esse momento de suas vidas;
- d) Educação Financeira, que objetiva construir um ambiente propício ao aprimoramento da relação entre os servidores e suas finanças;
- e) Campanhas de Doação de Sangue, que incentivam a solidariedade, a cidadania e a responsabilidade social, despertando consciência e espírito de colaboração; e
- f) Comitê de Ergonomia, que analisa as condições, organização e processos de trabalho, bem como as relações socioprofissionais, com o objetivo de propor melhorias no ambiente de trabalho.

Educação Continuada

Quanto ao desenvolvimento profissional dos servidores, há o Plano de Capacitação do STF, voltado para o desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional. Este Plano compreende ações voltadas para a ambientação dos servidores recém-ingressos; para a formação da cidadania corporativa; para a especialização dos servidores, por meio da concessão de bolsa de estudo para

cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*; para o desenvolvimento gerencial e a reciclagem dos ocupantes dos cargos de Segurança Judiciária, ambos instituídos pela Lei nº 11.416/2006; bem como para a capacitação continuada (realização de eventos internos e custeio de eventos externos).

Desempenho Funcional

É sabido que a capacitação, com o objetivo de alcançar as metas e as estratégias do Tribunal, aliada ao bem-estar e as ações motivacionais no trabalho, contribuem para o bom desempenho dos servidores e, conseqüentemente, para melhoria na qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

O reflexo dessa correlação pode ser observado por meio dos dados relativos às avaliações de desempenho realizadas em 2010: do total de 979 servidores avaliados, apenas 2 obtiveram escores abaixo da média para aprovação, sendo seu desempenho considerado insatisfatório. Isso significa que praticamente a totalidade dos servidores tem apresentado bom desempenho profissional. Destaca-se, ainda, que mais de 95% das avaliações apresentaram escores entre 90% e 100% do valor máximo da escala, o que retrata que a maioria dos servidores do Supremo, em 2010, apresentou desempenho de ótimo a excelente.

Com base nisso, é possível afirmar que o Tribunal possui, atualmente, um quadro funcional altamente qualificado para o desempenho de suas atribuições, o que, certamente, reflete na melhoria dos serviços prestados à sociedade, no aumento da produtividade e na agilidade dos trâmites processuais e administrativos, contribuindo, assim, para o cumprimento da sua missão institucional.

Disciplina

A Administração tem atuado preventivamente para conscientizar os servidores quanto à observância dos padrões éticos, do decoro, da preservação do patrimônio e da tradição dos serviços públicos. Durante a ambientação dos novos servidores, são compartilhados conceitos de ética e disciplina e, no decorrer do ano, as faltas disciplinares ou desvios de conduta porventura existentes são tempestivamente apurados e solucionados.

Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

No que diz respeito a acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, ainda não há mecanismo elaborado para apurar e gerir esses eventos. Todavia, para prevenir LER/DORT, a Administração dispõe aos servidores a ginástica e massagem laboral. No campo da prevenção, o STF ainda conta com a realização do Exame Periódico de Saúde. Por meio desse procedimento os servidores são convocados a se submeterem a avaliação médica anual.

Demandas Trabalhistas

Relativamente a este tópico, a Administração não tem dados quantificadores nem desenvolve indicadores relativos a demandas trabalhistas de terceirizados de mão-de-obra contra suas empresas, e solidariamente contra o STF. Porém, são repassadas à Advocacia-Geral da União as informações solicitadas que subsidiarão a defesa da União em face das ações judiciais contra as empresas contratadas que, por força do Enunciado nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho – TST, o Tribunal responde subsidiariamente pelo descumprimento das leis trabalhistas.

No exercício de 2010 foram expedidas à Advocacia-Geral da União 30 (trinta) informações sobre o assunto.

Responsabilidade Social

O Tribunal, em 2010, em consonância com os princípios e valores da responsabilidade social, otimizou as seguintes ações de inclusão social:

a) Programa de Ressocialização de Sentenciados, iniciado em 2009, em parceria com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, oportunizou a reinserção social no mercado de trabalho de 32 sentenciados que atuam em diversos setores do Tribunal;

b) estágio remunerado de estudantes de nível médio da rede pública, cujas diretrizes estão fixadas no Termo de Cooperação firmado entre o Supremo Tribunal Federal e o Governo do Distrito Federal, beneficiou 31 alunos de escolas públicas.

c) capacitação de 110 funcionários terceirizados, mediante instrutoria voluntária, em curso gratuito, no qual foram ministradas noções de Direito Constitucional, Civil, Eleitoral, Penal, Processual Penal e Administrativo.

Intercâmbio

No intuito de intensificar o intercâmbio de cultura jurídico-judicial internacional, o Tribunal deu continuidade ao Programa de Estágio não remunerado de estudantes estrangeiros no STF, previsto na Resolução nº 400, de 29/5/2009, recebendo, em 2010, 8 (oito) estudantes estrangeiros.

5.6 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

O Supremo Tribunal Federal cumpriu a obrigação estabelecida na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, não restando pendência relacionada à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

5.7 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

5.7.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL														
UG/Gestão: 040001					CNPJ: 00.531.640/0001-28									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2006	L	O	004/2006	00.332.833/0008-26	6/2/2006	4/5/2011	217	317	4	4	-	-	P	
2006	V	O	036/2006	37.162.435/0006-57	1/4/2006	31/3/2010	124	157	4	4	-	-	E	
2008	V	O	060/2008	08.388.911/0001-40	13/10/2008	12/10/2011	-	-	8	4	-	-	P	
2009	V	O	011/2009	07.359.967/0001-03	2/3/2009	1/3/2010	-	-	85	85	-	-	E	
2009	V	O	061/2009	47.190.129/0001-73	10/9/2009	9/9/2011	-	-	24	24	-	-	P	
2009	V	O	072/2009	37.162.435/0006-57	3/11/2009	3/11/2011	-	-	166	191	-	-	P	
2010	V	O	004/2010	04.248.842/0001-18	1/3/2010	28/2/2011	-	-	85		-	-	P	

Observação: A quantidade de trabalhadores prevista no contrato refere-se ao número de postos de trabalho constantes do contrato inicial, podendo ter havido acréscimo mediante Termos Aditivos firmados nos termos da lei.

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIAC e dados extraídos da Seção de Contratos.

5.7.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL													
UG/Gestão: 040001							CNPJ: 00.531.640/0001-28						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	2	O	005/2006	24.935.454/0001-12	6/2/2006	4/4/2011	13	16	1	1	-	-	P
2006	4	O	231/2006	00.332.833/0001-50	30/12/2006	29/12/2010	7	9	1	1	-	-	E
2008	2	O	020/2008	24.784.167/0002-30	14/5/2008	13/5/2011	10	10	-	-	-	-	P
2008	7	O	023/2008	02.843.359/0001-56	29/5/2008	28/5/2011	6	6	-	-	-	-	P
2009	1	O	003/2009	05.607.412/0001-08	2/3/2009	1/3/2010	-	-	170	171	-	-	E
2009	1	O	012/2009	07.359.967/0001-03	2/3/2009	1/3/2010	12	15	-	-	-	-	E
2009	1	O	022/2009	73.834.483/0001-01	18/5/2009	17/5/2011	-	-	8	8	-	-	P
2009	1	O	054/2009	73.834.483/0001-01	27/8/2009	7/9/2011	-	-	12	9	17	14	P
2009	7	O	059/2009	00.617.589/0001-71	8/9/2009	7/9/2010	-	-	8	8	-	-	E
2009	7	O	069/2009	37.162.435/0006-57	15/10/2009	14/10/2011	39	32	-	-	-	-	P
2009	7	O	076/2009	00.080.287/0001-07	15/10/2009	14/10/2011	-	-	50	58	-	-	P
2009	1	O	093/2009	00.080.287/0001-07	1/12/2009	30/11/2011	-	-	10	10	-	-	P
2009	5	O	100/2009	00.332.833/0008-26	1/12/2009	30/11/2011	28	28	4	4	-	-	P
2009	1	O	101/2009	73.834.483/0001-01	5/1/2010	4/1/2011	-	-	213	241	-	-	P
2009	1	O	102/2009	73.834.483/0001-01	5/1/2010	4/1/2011	-	-	-	-	74	74	P
2009	1	O	119/2009	04.248.842/0001-18	4/1/2010	3/1/2011	-	-	6	6	6	6	E
2010	1	O	002/2010	04.248.842/0001-18	17/2/2010	1/1/2011	-	-	16	16	-	-	E
2010	1	O	005/2010	07.180.286/0001-83	1/3/2010	28/2/2011	15	15	-	-	-	-	P
2010	1	O	006/2010	00.080.287/0001-07	1/3/2010	28/2/2011	-	-	24	24	-	-	P
2010	4	O	023/2010	10.462.672/0001-72	1/6/2010	31/5/2011	10	10	1	1	-	-	A
2010	1	O	024/2010	00.080.287/0001-07	2/7/2010	1/7/2010	-	-	14	14	-	-	A
2010	1	O	043/2010	00.991.219/0001-08	30/8/2010	29/8/2011	-	-	5	5	-	-	A
2010	1	O	048/2010	00.080.287/0001-07	3/9/2010	2/9/2011	-	-	14	14	5	5	A
2010	1	O	050/2010	36.770.857/0001-38	8/9/2010	6/9/2011	-	-	8	8	-	-	A
2010	1	O	071/2010	73.834.483/0001-01	1/1/2011	31/12/2011	-	-	17	17	-	-	A
2010	1	O	100/2010	04.248.842/0001-18	4/1/2011	3/1/2012	-	-	6	6	6	6	A
2010	1	O	106/2010*	73.834.483/0001-01	30/12/2010	29/12/2011	-	-	-	-	-	-	A

Observação: * Não há exigência de nível de escolaridade.
A quantidade de trabalhadores prevista no contrato refere-se ao número de postos de trabalho constantes do contrato inicial, podendo ter havido acréscimo mediante Termos Aditivos firmados nos termos da lei.

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e Conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:SIAC e dados extraídos da Seção de Contratos.

5.7.3 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
004/2006	7	321	Seção de Limpeza e Conservação - Seção de Copa - Seção de Encardenação/Coordenadoria de Manutenção e Serviços Gerais - Coordenadoria de Gestão Documental e Memória Institucional/Secretaria de Administração e Finanças - Secretaria de Documentação
005/2006	2	17	Seção de Serviços Gerais/Coordenadoria de Manutenção e Serviços Gerais/Secretaria de Administração e Finanças
036/2006	8	161	Seção de Segurança de Instalações/Coordenadoria de Segurança de Instalações e Transporte/Secretaria de Segurança
231/2006	8	10	Coordenadoria de Manutenção e Serviços Gerais/Secretaria de Administração e Finanças
020/2008	2	10	Seção de Engenharia/Coordenadoria de Manutenção e Serviços Gerais/Secretaria de Administração e Finanças
023/2008	7	6	Seção de Telecomunicações/Coordenadoria de Segurança Eletrônica e de Dignitários/Secretaria de Segurança

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
060/2008	7	2	Seção de Segurança Pessoal de Dignitários/Coordenadoria de Segurança Eletrônica e de Dignitários/Secretaria de Segurança
003/2009	1	171	Seção de Limpeza e Conservação/Coordenadoria de Manutenção e Serviços Gerais/Secretaria de Administração e Finanças
011/2009	8	85	Seção de Segurança de Instalações/Coordenadoria de Segurança de Instalações e Transporte/Secretaria de Segurança
012/2009	1	15	Seção de Segurança de Instalações/Coordenadoria de Segurança de Instalações e Transporte/Secretaria de Segurança
022/2009	1	8	Coordenadoria Administrativa/Secretaria de Comunicação Social
054/2009	1	23	Coordenadoria Administrativa/Secretaria de Comunicação Social
059/2009	9	8	Seção de Assistência Odontológica/Coordenadoria de Assistência Médica e Odontológica/Secretaria de Serviços Integrados de Saúde
061/2009	7	24	Seção de Segurança Pessoal de Dignitários/Coordenadoria de Segurança Eletrônica e de Dignitários/Secretaria de Segurança
069/2009	7	32	Seção de Segurança Pessoal de Dignitários/Coordenadoria de Segurança Eletrônica e de Dignitários/Secretaria de Segurança
072/2009	8	191	Seção de Segurança de Instalações/Coordenadoria de Segurança de Instalações e Transporte/Secretaria de Segurança
076/2009	7	58	Seção de Transportes/Coordenadoria de Segurança de Instalações e Transporte/Secretaria de Segurança
093/2009	1	10	Assessoria de Cerimonial
100/2009	5	32	Seção de Missões Especializadas/ Seção de Segurança de Instalações/Coordenadoria de Segurança de Dignitários/Coordenadoria de Segurança de Instalações e Transporte/ Secretaria de Segurança
101/2009	1	241	Seção de Limpeza e Conservação/Coordenadoria de Manutenção e Serviços Gerais/Secretaria de Administração e Finanças
102/2009	1	74	Seção de Limpeza e Conservação/Coordenadoria de Manutenção e Serviços Gerais/Secretaria de Administração e Finanças
119/2009	1	12	Seção de Arquitetura/Seção de Serviços Gerais/Coordenadoria de Manutenção e Serviços Gerais/Secretaria de Administração e Finanças
002/2010	1	16	Seção de Almoxarifado/Seção de Controle do Patrimônio/Seção de Serviços Gerais/ Coordenadoria de Material e Patrimônio/ Coordenadoria de Manutenção e Serviços Gerais/ Secretaria de Administração e Finanças
004/2010	7	89	Seção de Segurança de Instalações/Coordenadoria de Segurança de Instalações e Transporte/Secretaria de Segurança

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
005/2010	1	15	Seção de Segurança de Instalações/Coordenadoria de Segurança de Instalações e Transporte/Secretaria de Segurança
006/2010	1	24	Seção de Áudio, Vídeo e Degravação/Secretaria de Sessões
023/2010	4	11	Seção de Controle do Patrimônio/Coordenadoria de Material e Patrimônio/Secretaria de Administração e Finanças
024/2010	1	14	Seção de Compras/Coordenadoria de Material e Patrimônio/Secretaria de Administração e Finanças
043/2010	1	5	Seção de Engenharia/Coordenadoria de Manutenção e Serviços Gerais/Secretaria de Administração e Finanças
048/2010	1	19	Seção de Telecomunicações/Coordenadoria de Segurança Eletrônica e de Dignitários/Secretaria de Segurança
050/2010	1	8	Seção de Assistência Odontológica/Coordenadoria de Assistência Médica e Odontológica/Secretaria de Serviços Integrados de Saúde
071/2010	1	17	Seção de Controle do Patrimônio/Seção de Almoxarifado/Coordenadoria de Material e Patrimônio/Secretaria de Administração e Finanças
100/2010	1	12	Seção de Engenharia/Seção de Arquitetura/Seção de Serviços Gerais/Coordenadoria de Manutenção e Serviços/Secretaria de Administração e Finanças
106/2010	1	13	Seção de Serviços Gerais/Coordenadoria de Manutenção e Serviços Gerais/Secretaria de Administração e Finanças

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e Conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Fonte: SIAC e dados extraídos da Seção de Contratos.

5.8 DECLARAÇÃO REFERENTE A CONTRATOS

Declaro que as informações referentes aos contratos firmados pelo Tribunal estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Considerando que o STF não possui convênio, contrato de repasse e termo de parceria, não há registro no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.

Brasília, de março de 2011.

Washington Luiz Ribeiro da Silva
Secretário de Administração e Finanças

6. TRANSFERÊNCIAS

O Supremo Tribunal Federal não celebrou nos últimos três anos quaisquer ajustes que tenham previsão de transferências de recursos.

7. CONTROLE INTERNO

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					x
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos de competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					x
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Considerações gerais: As questões foram analisadas pelas áreas estratégicas do Tribunal envolvidas com a gestão.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ● Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	x				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável?		x			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		x			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ● Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	x				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ● Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Ainda não foi desenvolvido mecanismo para mensurar o resultado				x	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ● Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel reciclado.					x
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ● Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Sim, nos editais de licitação há previsão que o motor deve ser flex (gasolina/alcool).					x
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ● Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	x				
9. Para a aquisição de bens/produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				x	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação como referido no Decreto nº 5.940/2006.			x		

12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ● Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? O Tribunal realizou campanha na intranet e está desenvolvendo estudo para tornar a ação mais efetiva.				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ● Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? O Tribunal realizou campanha na intranet e está desenvolvendo estudo para tornar a ação mais efetiva.				X	
Considerações Gerais: As unidades envolvidas diretamente com o processo licitatório e com a Agenda Ambiental do Tribunal responderam os quesitos específicos a cada área de atuação.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

9.1 GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	BRASILIA		
	Distrito Federal	2	2
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1	N/A	N/A
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: SPIUNET

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1		
	município 1	N/A	N/A
Subtotal Brasil		-	-
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1	N/A	N/A
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		-	-

Fonte: SPIUNET

UG ¹	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício ³		
				Valor Histórico	Data da Avaliação ²	Valor Reavaliado ²	Imóvel	Instalações	
040001	9701.22203.500-7	13	Bom	-	28/12/2006	31.872.021,71	5.434.253,44		
040001	9701.22441.500-1	13	Muito Bom	-	28/12/2006	90.600.673,08			
170021	9701.16338.500-0	13	Ótimo	-	-	929.000,00			
170021	9701.27218.500-2	13	Regular	-	-	138.000,00			
170021	9701.27216.500-1	13	Ótimo	-	-	674.000,00			
170021	9701.18709.500-2	13	Ótimo	-	-	531.000,00			
170021	9701.18710.500-8	13	Bom	-	-	527.000,00			
170021	9701.18210.500-0	13	Ótimo	-	-	948.000,00			
170021	9701.04810.500-9	13	Ótimo	-	-	948.000,00			
170021	9701.18707.500-1	13	Bom	-	-	952.000,00			
170021	9701.16424.500-8	13	Bom	-	-	472.000,00			
170021	9701.18538.500-3	13	Ótimo	-	-	963.000,00			
Total								5.434.253,44	

Fonte: SPIUNET e SIAFI.

¹ Os bens cadastrados na UG 170021 (Superintendência do Patrimônio da União/DF) referem-se aos imóveis funcionais.

² Os imóveis funcionais estão avaliados pela Pauta de Valores Imobiliários de 2010, utilizada no cálculo do IPTU, conforme informações da SPU/DF.

³ Da despesa total com manutenção dos imóveis e das instalações, R\$ 974.069,37 referem-se às aquisições de materiais de consumo para a manutenção dos bens imóveis e das instalações e R\$ 4.460.184,07 referem-se aos gastos com serviços para a conservação e manutenção dos imóveis.

10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					x
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					x
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI	138 servidores e 16 terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					x
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				x	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					x
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				x	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				x	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		x			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					x
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Não foi possível mensurar				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					x
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				x	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				x	
Considerações Gerais: Os quesitos foram avaliados pela Secretaria de Tecnologia da Informação e pela Secretaria do Tribunal. Em relação ao item 12, a Administração esclarece que os parâmetros disponibilizados não favorecem a avaliação efetiva do item.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a alternativa é integralmente não aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a alternativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

11. CARTÕES DO GOVERNO FEDERAL

O Supremo Tribunal Federal não realizou despesas mediante a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

12. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

O Supremo Tribunal Federal, como órgão constitucionalmente instituído, prestador de serviços jurisdicionais, não é ente arrecador de impostos e contribuições.

13. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Supremo Tribunal Federal					10000
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	018.558/2009-1	315/2010 Plenário	9.4	RE	Of. 272/2010-TCU/SECEX-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Supremo Tribunal Federal					10000
Descrição da Deliberação:					
Recomendar à área técnica do Supremo Tribunal Federal que, em futuras licitações para manutenção da sala-cofre, abstenha-se de restringir a aceitabilidade de propostas a empresas que detenham certificação específica para a produção do produto objeto da manutenção, em prejuízo à ampla concorrência e em afronta ao disposto no art. 3º, §1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria do Tribunal					
Síntese da providência adotada:					
A recomendação foi encaminhada pelo Gabinete do Diretor-Geral à Secretaria de Tecnologia da Informação, com cópias para a Secretaria de Administração e Finanças e para a Assessoria Jurídica, com a indicação de que adotem, nos próximos certames licitatórios para manutenção da sala-cofre, as orientações expedidas pela Corte de Contas.					
Síntese dos resultados obtidos					
Até o fechamento do exercício, não houve licitação					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
As providências adotadas pelo Gestor para implementação da deliberação foram tempestivas e sanaram a pendência.					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	024.083/2010-0	6752/2010 1ª Câmara	1.5.1.1	RE	24643-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Supremo Tribunal Federal					10000
Descrição da Deliberação:					
Providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da deliberação, o encaminhamento, por intermédio do Sistema Sisac, de novo ato de aposentadoria, para apreciação pelo TCU, corrigindo as inconsistências verificadas.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos					
Síntese da providência adotada:					
Conforme Parecer 145/2010/SCI, de 29/11/2010, foi efetuado pela Seção de Aposentadorias e Pensões novo cadastramento no formulário de aposentadoria do SisacNet, sob o número de controle 20764405-04-2010-000018-0.					
Síntese dos resultados obtidos					
Providência atendida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
As providências adotadas pela Secretaria de Recursos Humanos resolveram, de forma inequívoca, a pendência.					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	024.083/2010-0	6752/2010 1ª Câmara	1.5.1.2	RE	24643-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Supremo Tribunal Federal					10000
Descrição da Deliberação:					
Observar o correto preenchimento dos formulários de concessões no Sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao correto exame dos atos, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos, sob pena de aplicação das sanções previstas no art. 6º da IN TCU 55/2007.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos					
Síntese da providência adotada:					
Foram adotadas as providências e orientações necessárias ao correto preenchimento dos formulários de concessões no Sistema Sisac.					
Síntese dos resultados obtidos					
Recomendação atendida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
As providências adotadas pela Secretaria de Recursos Humanos resolveram a pendência de forma positiva.					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	013.697/2010-2	6784/2010 1ª Câmara	1.5	RE	Of. 1347/2010-TCU/SECEX-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Supremo Tribunal Federal					
Descrição da Deliberação:					
Alertar o Supremo Tribunal Federal quanto à necessidade de atentar para o disposto no §7º do art. 5º da Lei nº 11.416/2009, no sentido de destinar pelo menos 50% dos cargos em comissão a servidores efetivos, informando a este Tribunal as providências adotadas.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria do Tribunal					
Síntese da providência adotada:					
O Tribunal manteve controle efetivo em relação ao cumprimento do disposto no § 7º do art. 5º da Lei nº 11.416/2009 e, em dezembro de 2010, editou a Emenda Regimental nº 43, que dispôs expressamente sobre a obrigatoriedade de, no mínimo, 3 cargos em comissão dos Gabinetes dos Ministros serem recrutados do Quadro de Pessoal da Secretaria.					
Síntese dos resultados obtidos					
As medidas surtiram efeito já no ano de 2010, tendo em vista o cumprimento do percentual estabelecido em lei.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A edição da Emenda Regimental pela Corte possibilitou o compartilhamento da exigência legal por todas as unidades do Tribunal.					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	029.802/2009-0	Não informado	-	Diligência	Ofício 1942/2009-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Supremo Tribunal Federal					
Descrição da Deliberação:					
Verificar a situação funcional da servidora Andressa Marla Keber Pereira para averiguar o exercício concomitante do cargo de Analista Judiciário do Supremo Tribunal Federal, na especialidade Odontologia, e do cargo de 1º Tenente do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, na especialidade Odontologia.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos.					
Síntese da providência adotada:					
A Administração deu ciência ao TCU, por meio do Ofício nº 055/SRH/STF, de 26/1/2010, das providências adotadas e oficiou o Corpo de Bombeiros Militar do DF informando da acumulação para as providências daquele órgão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Providência atendida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Os dados fornecidos foram suficientes para conduzir a decisão.					

PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

14. DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL		040001	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	18 de fevereiro de 2011
Contador Responsável	Raphael Yani Martins Neto	CRC nº	014623-9/DF

Brasília, de março de 2011.

Ministro CEZAR PELUSO
Presidente

Alcides Diniz da Silva
Diretor-Geral da Secretaria